



## **Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa de Goiás**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, a deputada que o presente subscreve na forma regimental e após manifestação plenária, determinar o envio de expediente ao Senhor **RONALDO RAMOS CAIADO, Governador do Estado de Goiás**, a Senhora **APARECIDA DE FÁTIMA GAVIOLI SOARES PEREIRA, Secretária de Estado da Educação de Goiás – SEDUC**, ao Senhor **ISMAEL ALEXANDRINO JÚNIOR, Secretário de Estado da Saúde de Goiás**. Solicitando a suspensão do retorno das atividades escolares, de modo presencial, na rede estadual e privada no Estado de Goiás. Requer ao envio dessa cópia ao Senhor **AYLTON FLÁVIO VECHI Procurador Geral de Justiça do Estado de Goiás (MP-GO)** para que tome conhecimento dos fatos.

### **JUSTIFICATIVA**

Fui procurada por grupos de professores, administrativo e pais de alunos da rede estadual de ensino de Goiânia, manifestando sua inteira preocupação com o Decreto Estadual que autoriza o retorno das aulas presenciais da rede estadual de educação.

Com uma média móvel que ainda beira mil mortes diárias por covid-19, o Brasil começou a retomar as aulas presenciais na maior parte do país neste mês de agosto. A previsão é que as escolas públicas e privadas voltem a receber os alunos em todos os 27 estados até setembro. Dados da pandemia mostram que o número de crianças e adolescentes diagnosticados com covid-19 é muito menor do que o de adultos. Geralmente são assintomáticos ou apresentam quadro leves e tem menos chances

de desenvolverem casos graves, serem hospitalizados e morrem pela doença. Apesar dos números serem baixos, as chances de complicações e de desenvolvimento de uma síndrome inflamatória rara ainda existem. Um complicador pode ser a variante delta, que tem alta taxa de contágio, comparável com a da catapora, e já está em circulação no Brasil. Outro dado preocupante das reaberturas, porém, foi mostrado em um levantamento de julho, pela UNDIME (União dos Dirigentes Municipais de Educação) A pesquisa apontou que 40,4% dos municípios não tinham protocolo de segurança sanitária para o retorno das aulas.

Um dos problemas pode ser a reabertura desorganizada sem o cumprimento dos protocolos, o que pode colocar em risco os alunos e os profissionais da educação. Um estudo do Instituto Pólis, mostrou que houve um aumento das mortes na cidade de São Paulo entre trabalhadores da área em 2021, acompanhando a retomada das aulas.

Entre março de 2020 e junho de 2021, 756 profissionais morreram na cidade — o número representa 1,7% do total de mortes no município, o que mostra que a categoria não foi tão atingida. Desse total de vítimas, 327 (43%) morreram em 2020, e 429 (57%) em 2021. “O ano de 2021 com seis meses de pandemia — e marcado por períodos de retomadas de aulas presenciais — foi mais letal do que os dez meses anteriores”, diz o estudo. O crescimento de mortes no setor da educação, de acordo com o levantamento, superou a alta no total geral de mortes na cidade.

Segundo os pesquisadores, a taxa de mortes de crianças e adolescentes por covid-19 também é preocupante. Foram 34 mortes para cada 1 milhão de pessoas até 18 anos na capital paulista, entre março de 2020 e março de 2021. Como comparação, o mesmo número na Inglaterra foi de apenas 2 mortes para cada 1 milhão de crianças e jovens no período. Parte dos professores, mesmo integrando os grupos prioritários, ainda precisa esperar três meses para a segunda dose, a depender do imunizante usado. Estudos mostram que a imunidade gerada após as duas vacinas é muito mais robusta. Apenas após a vacinação de todos com a segunda dose e a garantia de todos os protocolos sanitários para garantir a manutenção do controle da pandemia é que poderemos retornar as escolas. Pesquisa sobre o retorno das aulas presenciais:

- Foram 3.600 entrevistas distribuídas entre professores (1.500), pais de alunos (1,500) e alunos (600) entre junho e julho deste ano:

alunos (1.500) e alunos (600) entre junho e julho deste ano

	Medo de pegar Covid no retorno às aulas presenciais	Contra retorno às aulas presenciais	Afirmam que aulas são piores no ensino remoto	Não receberam infraestrutura física para a aula remota	Ensino foi prejudicado para
Professores	85,60%	56,20%	66,90%	53,30%	65,60%
Pais	81,80%	51,30%	74,70%	73,80%	63,50%
Alunos	75,10%	44,10%	73,90%	63,20%	62,60%

Fonte: Pesquisa realizada pela Vox Populi e pela Apeoesp (Sindicato dos professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo).

Um dos colégios particulares mais tradicionais de Goiânia suspendeu essa semana as aulas presenciais, por 14 dias, após confirmação de surto de Covid-19 que contaminou seis alunos. O presente requerimento tem o intuito de solicitar a suspensão do retorno das atividades escolares na rede estadual e privada no Estado de Goiás, considerando essa dura realidade que estamos enfrentando, solicitamos para que as aulas presenciais só voltem após a vacinação de toda a população, com alunos e profissionais da educação protegidos e imunizados do covid-19.

De acordo com a Constituição Federal em seu artigo 196:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Considerando essa dura realidade que estamos enfrentando

Diante de tais fatos, salientamos a importância do presente requerimento e por essa razão contamos com o apoio dos Nobres Colegas para a aprovação deste requerimento, que acreditamos ser justo e importante.

Sala das Sessões aos        de        de 2021.

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, reading "Adriana Accorsi". The signature is written in a cursive style with a large initial 'A'.

**Delegada Adriana Accorsi**  
Deputada Estadual  
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás